

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Igreja, Família e Poder no Brasil Republicano:

Anna Marina Madureira de Pinho Bárbara Pinheiro[✶]

Resumo: Neste trabalho pretendemos analisar a lógica da ação política da Igreja Católica no Brasil Republicano posterior a 1930.

palavras-chaves: Igreja Católica – Família – Brasil Republicano

Abstract: *In this paper we intend to study the political action of the catholic church in Brazil between 1930 and 1979.*

kee-words: *Catholic Church- Brazil- Republic*

Dada a importância do papel desempenhado pela Igreja Católica na formação social brasileira, temos como objetivo neste trabalho, pensar as possibilidades de análise que a contemplem, bem como, identificar as múltiplas contradições que caracterizam as relações historicamente construídas entre esta instituição, o Estado e as classes dominantes no Brasil. Interessa-nos de forma particular, inserir nestas relações o modelo de família preconizado pela Igreja no Brasil, posteriormente a 1930.

Nas relações que se estabelecem entre Igreja e Estado, Jesse Jane Vieira de Souza, identifica a manutenção, pela Igreja, de prioridades e metas próprias a serem alcançadas num processo de aliança com a sociedade, constituindo um novo patamar na sua construção de hegemonia.

Nesta construção, a mencionada instituição teria forjado, através de um longo processo de elaboração doutrinária, os elementos necessários para sua permanência enquanto instituição a deter o monopólio do sagrado, segundo o afirma, “a Igreja fez-se povo, constituindo-se no Corpo Místico de Cristo, doutrina através da qual se colocou no temporal com profundo sentido de permanência”. (SOUZA, Jesse Jane Vieira de.2002)

Ao adotar tal concepção de Igreja, Jessie Jane afasta-se, tanto daqueles que identificam-na como “aparelho ideológico de Estado”, remetendo-se a Althusser, quanto dos

[✶] Mestre e Doutora em História pela UFF. Professora do Departamento de Ciência Política do IFCS/UFRJ

que a tomam por “aparelho privado de hegemonia”, remetendo-se a Gramsci. Filiando-se à Roberto Romano (ROMANO, Roberto. 1979) e Alcir Lenharo (LENHARO, Alcir. 1986) afirma a existência de um projeto político-teológico próprio à Igreja Católica, que só se explicaria pela tradição teológica desta Igreja.

Nesse sentido, para compreender a atuação política de tal instituição, tornar-se-ia necessário abdicar, por um lado, de subsumi-la ao Estado e, por outro, de restringir sua atuação ao plano temporal, já que a mesma dar-se-ia a partir de uma lógica relativa à objetivos de hegemonia no campo do transcendente. Importaria, também, atentar para o fato da referida instituição, ter construído uma linguagem própria, cuja compreensão permitiria elucidar em parte, as estratégias políticas, por ela formuladas e praticadas.

Para realizar tal objetivo, a autora define a Igreja como instituição que cultivaria tradições de caráter normatizador, isto é, voltadas para a inculcação de valores e padrões de comportamento relativos à idéia de ordem e autoridade. Nesta perspectiva, tal instituição, passa a ser vista como “instituição eclesiástica, produtora de ordem social e, por conseguinte, de disciplina, que ama os homens, mas odeia os erros”, por que se percebe como um todo hierárquico que engloba e ultrapassa cada membro empírico de que se constitui. Em tal instituição, a verdade só chegaria aos homens pela autoridade, sendo, assim, possível definir a condição de católico como essencialmente ligada à obediência, à veneração pelos costumes estabelecidos enfim, à aceitação de uma verdade absoluta tal como determinada pela Igreja (SOUZA, Jessie Jane Vieira de. 2002: p.46)

Buscando compreender a forma pela qual esta Igreja, como Corpo Místico, elaborou uma idéia teológica (e uma práxis) específica acerca do trabalho entre os anos de 1930 e 1964, no Brasil, Vieira de Souza debruça-se sob o mundo da cultura católica, utilizando-se para tanto, do conceito de cultura tal como empregado por Clifford Geertz (GEERTZ, Clifford. 1986).

Jessie Jane identifica nesta idéia uma importante chave de leitura das relações estabelecidas entre a Igreja Católica e o Estado moderno no Ocidente Cristão. Uma vez apartada do Estado pelos três ciclos da revolução burguesa (reforma luterana, revoluções inglesa e francesa), a Igreja, na perspectiva da autora, teria tentado elaborar um novo projeto de controle temporal fundado no Direito e na regulamentação da vida econômica. Tal projeto ter-se-ia viabilizado pela fragilidade inerente ao próprio Estado laico e republicano no Brasil que, vendo-se incapaz, tanto de atender às reivindicações por igualdade real, quanto, de incluir as classes subalternas num sistema consensual, teria sido levado a delegar parte de sua

soberania à Igreja, agência da sociedade civil que realizaria o controle ideológico sobre o trabalho (SOUZA, Jesse. Jane Vieira de. 2002).

Instituindo assim, suas relações com o Estado moderno a partir do mundo do trabalho, marcado pela intensificação da exclusão social, esta Igreja teria buscado projetar-se, ora como parceira, ora como oponente do Estado, através da construção de um discurso e de uma práxis, específicos acerca da “questão social”.

Para pensar a intervenção católica no mundo do trabalho no Brasil, a autora resgata a história dos Círculos Operários, percebendo-os como *modus operandi* da Igreja no país, entre 1930 e 1964. O circulismo é assim compreendido, não como movimento sindical, mas como “uma proposta de caráter educativo que se projetou na sociedade, operando com a valorização do trabalho”, tal como estabelecida pelos princípios enunciados nas encíclicas papais promulgadas no período, que afirmavam a sacralidade dos corpos que trabalham.

Este resgate histórico foi realizado por Vieira de Souza a partir de quatro cenários diferenciados:

No primeiro remonta-se ao apostolado de Leão XIII, com a retomada do tomismo enquanto instrumento de adequação da Igreja à moderna sociedade liberal; no segundo busca-se identificar de que forma a mesma teria enfrentado, no Brasil, sua separação do Estado constituindo-se enquanto instituição autônoma a partir da construção do conceito de neocristandade; no terceiro localiza-se a reflexão sobre os Círculos Operários, a identificação de sua gênese, desenvolvimento e, sobretudo, de seu compromisso com a institucionalidade católica. É neste momento que a autora analisa as relações de parceria estabelecidas entre Igreja e Estado tendo em vista o disciplinamento do mundo do trabalho. Por fim, no quarto e último cenário, são discutidas as semelhanças e diferenças entre o corporativismo católico e o estatal, assim como, indicadas as formas pelas quais tais discursos tornaram-se práticas no processo de ordenamento do mundo do trabalho no Brasil no período em questão.

Tais reflexões interessam-nos de inúmeras maneiras, a começar pela discussão que trazem consigo sobre o modo pelo qual a hierarquia eclesiástica teria recorrido à milenar tradição católica no sentido de reelaborá-la para responder aos desafios impostos à catolicidade pela moderna sociedade liberal. É um movimento semelhante a este que analisaremos no presente trabalho, já que pretendemos identificar o modelo de família preconizado pela Igreja no Brasil, no período posterior a 1930 e julgamos que tal modelo sofra algumas modificações em função do advento da modernidade.

Partilhamos também da perspectiva que identifica a construção de tal modelo como parte fundamental de um projeto teológico-político de controle social e sexual

empreendido pela Igreja Católica no Brasil a partir de 1930 e adotamos a concepção de Igreja enquanto “Corpo Místico de Cristo”, desenvolvida pela autora. Desta forma, nos situamos entre os demais autores que se utilizam desta mesma concepção.

Um dos primeiros autores a trabalhar de tal maneira, tendo em vista compreender as relações entre Igreja e Estado no Brasil é Roberto Romano, que dá importantes pistas para a análise do que chama de discurso católico. Segundo este autor, tal discurso, constituir-se-ia, simultaneamente, em técnica de leitura da realidade e recolhimento cultural do passado. Percebe-lo desta forma, permitiria ao “intérprete da atividade católica verificar seu movimento ideal de auto-reprodução no presente e no pretérito”.

Nesta perspectiva, para responder aos problemas mais urgentes da vida capitalista brasileira, a Igreja teria sempre partido de uma reflexão sobre suas origens, o que lhe permitiu construir, por um lado, uma ação flexível e autônoma em relação ao Estado Brasileiro e, por outro, um discurso original acerca da família e deste mesmo Estado (ROMANO, Roberto. 1979: p.42).

Em sua análise acerca das relações historicamente estabelecidas entre essas duas instituições (Igreja e Estado) no Brasil, o autor busca compreender as especificidades do discurso católico, diferenciando-o das demais racionalizações do mando autoritário no país. Procura, especialmente, refletir sobre a auto-representação da Igreja no Brasil e no interior da sociedade moderna, concluindo que neste processo de auto-representação, a Igreja não teria se limitado apenas a resistir à cultura e às instituições produzidas pelas elites secularizantes, mas, teria criado suas próprias vanguardas intelectuais e forjado um discurso político com características próprias.

Tal discurso é percebido pelo autor, como fruto de conflitos permanentes, tanto internos à instituição, quanto referentes às relações entre a mesma e o Estado Brasileiro. Delimitar os momentos chaves destas contradições é o objetivo a que Romano se propõe sem, contudo, pretender esgotar todas as dimensões das relações em questão.

O antiliberalismo e antipositivismo do pensamento católico são enfatizados por ele, que também, chama a atenção para a importância do papel desempenhado pela imaginação no interior deste discurso, tanto em relação à produção de efeitos político-ideológicos de dominação, quanto no sentido de permitir diferenciar a lógica interna que o rege da racionalidade capitalista.

Outra questão contemplada pelo autor é a da identificação e análise dos pressupostos e condições de possibilidade do catolicismo no mundo moderno. A questão é discutida a partir da inserção da Igreja na moderna formação política brasileira. Deste modo,

Romano refaz o percurso inaugurado pelo Ultramontanismo, em direção à retomada do “ser eclesiástico contra o Estado e contra as principais camadas da sociedade civil” (ROMANO, Roberto. 1979: p.13)

O Ultramontanismo preconizava o retorno ao passado, à tradição, mas a uma tradição reelaborada tendo em vista uma eficácia prática e atual. Neste processo, a Igreja, teria, gradativamente, se apropriado da “teoria terrestre da cultura” que havia fundamentado os ataques contra ela mesma. Em contrapartida, o Estado teria incorporado o “peso sacral da autoridade”. Com tais instrumentos, as duas instituições ter-se-iam enfrentado objetivando o controle da cultura, especialmente através da educação. Sendo assim, no que diz respeito à Igreja é possível afirmar que uma vez exposta à violência da sociedade contemporânea, a mesma sofra o choque da modernização, modernizando-se para enfrentá-lo.

Desta forma, durante a ditadura militar, por exemplo, a Igreja, segundo Romano, teria sido capaz de transformar suas próprias fraquezas - distanciamento dos centros de decisão e perda de base social – em instrumentos que lhe teriam permitido encontrar aliados, no sentido de enfraquecer a legitimidade dos governos militares e do modelo capitalista que eles representavam. Vendo-se excluída da esfera política ela, a um só tempo, levantava suspeição sob a legitimidade do governo e recomendava aos fiéis o estrito cumprimento das leis estabelecidas. Tal recomendação lhe garantiu a possibilidade permanente, ao longo de todo o regime, de reabertura do diálogo com os poderes públicos, barganhando a condição de que um conjunto específico de reformas sociais fosse realizado, sem atingir substancialmente a propriedade privada, e garantindo parcela substantiva da hegemonia política e cultural.

O discurso eclesiástico, portanto, mesmo no auge de seu radicalismo, rebela-se contra o abuso do direito de propriedade sem, contudo, questionar seu uso. De forma análoga, posiciona-se contrariamente à dominação exclusiva do Estado, sem deixar de seguir considerando seu princípio como natural. Assim, ainda segundo Romano, “se recusa (...) a liberdade burguesa, (...) a Igreja não deixa, entretanto, de legitimar a apropriação privada quando esta é assegurada pela família e pela cosmovisão cristã. É isso que ela chama a propriedade social dos meios de produção” (ROMANO, Roberto. 1979: p.252).

Desconfiada de soluções que se oponham ao direito positivo, mesmo em casos de extrema espoliação, sua insistência para que se cumpra a lei relaciona-se à realização de seu principal objetivo: “tocar o coração do povo, prendê-lo pelo sentimento” e, deixando em aberto sua situação precária, utilizá-lo como instrumento de pressão política.

Esta ameaça permanente não poderia ser suportada pela máquina que assegurava a ordem burguesa, especialmente quando se tratava de impor a ela uma outra concepção de

sociedade. A existência e expansão da Igreja Católica no Brasil seriam deste modo, marcadas por inúmeras contradições. Para sobreviver, a Igreja teria sido obrigada a apoiar-se nos vestígios de uma civilização que lhe era adversa, recorrendo aos princípios que fundaram e garantiram a manutenção das instituições essenciais ao seu antagonista. Num só e mesmo ato reforçava o poder que lhe era contrário e deslanchava uma força repressiva que poderia ser-lhe fatal (ROMANO, Roberto. 1979: p.253).

O trabalho de Roberto Romano interessa-nos de muitas formas. Além da concepção de Igreja que estrutura e constitui – posteriormente utilizada nos trabalhos de Jessie Jane Vieira de Souza e Alcir Lenharo – o autor fornece muitas pistas que auxiliam no desvendamento do discurso católico, compreendido como fala teológico-política, isto é, como um discurso dotado de uma lógica própria, que remontaria à Escolástica Medieval, e de objetivos específicos. Lógica e objetivos esses que explicariam, em parte, as dificuldades da Igreja Católica em relação à questão da mudança, sobretudo no âmbito daqueles aspectos relacionados ao modelo de família que defende.

Combinando tal reflexão teórica sobre a Igreja à análise histórica do papel por ela desempenhado na formação social brasileira, a leitura de Romano nos permite, não apenas um maior aprofundamento na discussão acerca das relações estabelecidas entre esta instituição e a “modernidade”, no Brasil, como também, possibilita a identificação das múltiplas contradições que caracterizam as relações historicamente construídas entre a mesma, o Estado e as classes dominantes no país.

O esquadramento destas contradições em conjunturas específicas como, por exemplo, a do regime militar, nos leva a pensar que, o projeto político-teológico elaborado pela Igreja no decorrer desta conjuntura, da mesma forma que contemplava a questão social, articulando-a à necessidade de realização de um conjunto de reformas no modelo de capitalismo consolidado pelos militares no país, entre as quais figurava uma determinada proposta de reforma agrária, assim como, uma visão específica acerca do próprio capitalismo; contemplava também, não apenas nesta conjuntura, mas desde a década de 1930, um modelo de família, articulando-o à necessidade de um tipo específico de educação (informação sexual na infância e na adolescência, preparação para o namoro, o noivado e o casamento) a ser ministrado no interior da mesma com a mediação da Igreja.

Riolando Azzi (AZZI, Riolando. 1993) fornece valiosas pistas no sentido do desvendamento de tal projeto. Voltando-se para a análise da forma pela qual a Igreja no Brasil teria atuado diante das modificações que a partir de 1930 começavam a ocorrer no país, incidindo sob a família e alterando os papéis nela destinados às mulheres e à sexualidade, o

autor, que estende sua análise até o golpe de 1964, demarca alguns momentos de inflexão dentro deste período.

A década de 1930, assinalaria o início de um processo de mudanças de cunho sócio-econômico que teria fortalecido os setores médios da população e resultado em modificações comportamentais e de mentalidade no que diz respeito à esse grupo social emergente. Atuando no sentido de enfraquecer o modelo de família patriarcal originário do mundo rural, a progressiva urbanização do país teria contribuído para diminuir a dependência das mulheres em relação aos maridos e lhes facilitado a tomada de consciência em face de seus direitos. Entre as muitas mudanças, o autor destaca, também, as pesquisas científicas no âmbito do controle da natalidade que teriam criado as possibilidades de questionamento posterior dos tabus em torno do sexo, permitindo que os mesmos pudessem começar a ser quebrados.

Afirma, ainda, ter aumentado no Brasil a importância e a esfera de influência das editoras e rádios católicas. No que se refere ao conjunto de transformações históricas iniciadas no período, a posição da Igreja, segundo Azzi, consistiria, contudo, na manutenção da posição conservadora dos períodos anteriores, combinada à percepção das mudanças como “ocasiões de pecado, indícios de desordem moral e desagregação social”. A ação vitoriosa coordenada pelo episcopado brasileiro, por ocasião da elaboração das Constituições de 1934 e 1946, tendo em vista derrubar as teses divorcistas, reafirmando a doutrina da indissolubilidade dos laços matrimoniais e a concepção de casamento que lhe é correlata, ilustraria bem esta postura conservadora que o autor identifica como característica da Igreja no período.

A centralidade conferida pela mesma desde o século XIX às discussões relacionadas à família, explica-se pela conexão realizada no âmbito do pensamento teológico católico entre família e ordem social. Assim, a defesa de um modelo tradicional de família – a família nuclear burguesa de direção masculina -, como também, de casamento – o casamento, heterossexual, monogâmico, procriativo e indissolúvel - integrava o esforço global da instituição no sentido de evitar qualquer transformação significativa na ordem social vigente no Brasil.

Entretanto, sublinhando a necessidade de fugir às generalizações, o autor identifica avanços na visão católica acerca dos costumes, especialmente a partir dos anos 50, marcados pela “onda liberalizante” que teria assolado o Ocidente Cristão após a II Grande Guerra. Nesta perspectiva, o trabalho feminino fora de casa e a relativa autonomia das mulheres diante de seus maridos, seriam, gradativamente, aceitos pela Igreja que também passaria a admitir a maior participação feminina no mercado de trabalho e na própria política.

Deste modo, o autor identifica a Ação Católica como o locus privilegiado do diálogo entre as mulheres e a hierarquia eclesiástica no período, resultando desta pequena mudança, ventos favoráveis à aprovação, em 1962, do Estatuto da Mulher Casada a conferir autonomia civil às mulheres.

Em contrapartida, a questão da sexualidade seria aquela em que a Igreja mais teria permanecido arraigada às suas velhas concepções. A educação só teria sido tolerada em termos muito restritos e conservadores e ter-se-iam estabelecido rigorosas restrições aos métodos anticoncepcionais. Quanto ao aborto, não se teria sequer cogitado em discuti-lo ao longo do período.

Delimitando no interior desta questão o aspecto da educação sexual vale salientar, entretanto, a identificação de “brechas” que, já na década de 40, começavam a ser abertas na “muralha de intransigência católica”. Numa das mesmas encontrar-se-ia, por exemplo, a obra do padre Álvaro Negromonte intitulada “Educação Sexual” e publicada em 1940. Segundo Azzi, embora veiculasse concepções conservadoras acerca do sexo, a simples existência desta publicação representava significativo avanço em relação à visão tradicional da Igreja sobre o assunto, uma vez que rompia com a idéia de que a total ignorância acerca do mesmo fosse preferível à toda espécie de informação, mesmo aquelas de caráter normativo.

Contudo, Azzi afirma a necessidade de ter-se em conta que tal abertura à temática da sexualidade, mesmo realizada com cautela e moderação, continuava restrita a um grupo limitado dentro da Igreja, “prevalecendo até o final dessa época a idéia básica de que a ignorância em matéria sexual constituía a melhor forma de preparar a juventude para uma vida adulta virtuosa e sadia” (AZZI, Riolando.1993: p.129)

Como o tema é pouco abordado, revela-se toda a importância da pesquisa que realizamos em nossa tese de doutorado já que, trabalhando com a análise do pensamento teológico católico-romano relativo à sexualidade num período, em grande medida, coincidente com o recortado pelo autor (1946-1973), constatamos justamente o oposto. Abrimos assim, um debate com esta historiografia.

A recolha de material empírico realizada no âmbito da pesquisa foi suficiente para afirmarmos com segurança que, ao menos no Brasil, durante o período estudado, a Igreja Católica teria aberto mão do tratamento meramente repressivo dado à questão da sexualidade – repressão que operaria, basicamente, através do silêncio - substituindo-o por uma abordagem normatizadora que operaria, através do disciplinamento, tal como definido e estudado no âmbito da obra de Michel Foucault (FOUCAULT, Michel. 1985). Além disso,

pudemos identificar também, a existência de nuances no discurso construído pela Igreja sobre o sexo ao longo do período, compreensíveis em função de múltiplos fatores.

Referências Bibliográficas:

AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1934). In: **MARCÍLIO**, Maria Luiza (org.). Família, mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil. São Paulo: Loyola, 1993.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

ROMANO, Roberto. Brasil: Igreja contra Estado. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FAPERJ, 2002.